



O DIRETOR,
Aprovo o Caderno de Encargos.

PAULO NUNO
MENDES DIAS

Assinado de forma digital por
PAULO NUNO MENDES DIAS
Dados: 2021.05.07 18:18:08
+01'00'

Paulo Nuno Mendes Dias
CMG EN-AEL

**Entidade Adjudicante | Direção de Tecnologias de Informação e
Comunicações**

Número Processo Despesa | 3021007759

Procedimento | Ajuste Direto

Objeto do Contrato | Serviços Renovação Suporte Call Manager

Confidencial

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS	2
CAPÍTULO I - Disposições Gerais	2
Artigo 1.º Objeto	2
Artigo 2.º Contrato	2
Artigo 3.º Duração e vigência do Contrato	2
Artigo 4.º Local da prestação dos serviços	2
CAPÍTULO II – Obrigações Contratuais	3
SECÇÃO I - Obrigações do Adjudicatário	3
Artigo 5.º Obrigações principais do adjudicatário	3
Artigo 6.º Conformidade dos serviços	3
Artigo 7.º Inspeção dos serviços	3
Artigo 8.º Inconformidades ou discrepâncias	3
Artigo 9.º Receção dos serviços	4
Artigo 10.º Aceitação dos serviços	4
Artigo 11.º Rejeição dos serviços	4
Artigo 12.º Garantia dos serviços	4
Artigo 13.º Dever de sigilo	5
SECÇÃO II - Obrigações da Entidade Adjudicante	5
Artigo 14.º Preço Base	5
Artigo 15.º Preço Contratual	5
Artigo 16.º Condições de pagamento	5
Artigo 17.º Mora no pagamento	6
CAPÍTULO III – Penalidades Contratuais e Resolução do Contrato	6
Artigo 18.º Penalidades contratuais	6
Artigo 19.º Força maior	6
Artigo 20.º Resolução por parte do contraente público	7
Artigo 21.º Resolução por parte do adjudicatário	7
Artigo 22.º Execução da caução	8
CAPÍTULO IV – Disposições Finais	8
Artigo 23.º Comunicações e notificações	8
Artigo 24.º Cessão da posição contratual e subcontratação	8
Artigo 25.º Fiscalização	8
Artigo 26.º Gestor do Contrato	9
Artigo 27.º Foro competente	9
PARTE II – CLÁUSULAS ESPECIAIS	9
Artigo 28.º Requisitos Técnicos	9
ANEXO A – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	10

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS

CAPÍTULO I - Disposições Gerais

Artigo 1.º | Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato e tem por objeto a aquisição dos serviços discriminados no anexo A, pelo Ministério da Defesa Nacional – Marinha – Direção de Tecnologias de Informação e Comunicações, doravante designado por contraente público.

Artigo 2.º | Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, caso o contrato seja reduzido a escrito.
2. O contrato a celebrar integrará os seguintes elementos:
 - a. Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão a contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c. O caderno de encargos e respetivos anexos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de dúvida ou divergência entre os documentos acima referidos, prevalecem os documentos pela ordem indicada no número anterior.

Artigo 3.º | Duração e vigência do Contrato

1. O contrato entrará em vigor no dia útil seguinte à sua assinatura, ou no dia útil seguinte ao envio do Pedido de Compra pelo contraente público, conforme aplicável.
2. O contrato cessará quando forem quitadas todas as prestações.
3. A prestação dos serviços será efetuada no prazo de 12 meses, a contar da data mencionada no ponto 1.

Artigo 4.º | Local da prestação dos serviços

1. Os serviços serão prestados conforme ponto 3.4. da Especificação Técnica em Anexo A ao Caderno de Encargos.
2. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a prestação dos serviços objeto do contrato, o seguinte:
 - a. Toda documentação que seja necessária para a boa e integral utilização daqueles;
 - b. Certificados de origem e de conformidade técnica, caso aplicável.
3. O não cumprimento do referido em 2. implicará a rejeição do serviço.
4. Todas as despesas e custos com os serviços objeto do contrato para o local da prestação dos serviços são da responsabilidade do adjudicatário.

CAPÍTULO II – Obrigações Contratuais

SECÇÃO I - Obrigações do Adjudicatário

Artigo 5.º | Obrigações principais do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações:

- a. Obrigação da prestação dos serviços identificados na sua proposta no prazo indicado no artigo anterior;
- b. Obrigação de garantia dos serviços, caso aplicável;
- c. Obrigação de pagamento de todas as despesas decorrentes de prestação de caucões e do processo de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, se aplicável;
- d. Obrigação de manter o primeiro outorgante atualizado das contribuições perante a Segurança Social e as Finanças, através das respetivas declarações ou certidões, sem as quais não serão efetuados pagamentos.

Artigo 6.º | Conformidade dos serviços

1. O adjudicatário obriga-se a prestar ao contraente público os serviços objeto do contrato de acordo com as características, especificações e requisitos técnicos.
2. Os serviços objeto do contrato devem ser prestados em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
3. O adjudicatário é responsável, perante o contraente público, por qualquer discrepância dos serviços objeto do contrato, apuradas nos termos artigo 8.º n.º 1.

Artigo 7.º | Inspeção dos serviços

1. Efetuada a prestação dos serviços objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 10 (dez) dias, à inspeção dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Durante a fase da inspeção, o adjudicatário deve prestar aos serviços competentes do contraente público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daquela inspeção, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
3. Quando a inspeção qualitativa for efetuada com recurso a serviços, contratados especificamente para esse efeito, os encargos daí decorrentes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 8.º | Inconformidades ou discrepâncias

1. No caso de a inspeção indicada no artigo anterior não comprovar a total conformidade dos serviços objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, o contraente público deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.

2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo contraente público, às substituições necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos anteriormente referidos.
3. Após a realização das substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, o contraente público procede à realização de nova inspeção, nos termos do artigo anterior.

Artigo 9.º | Receção dos serviços

1. Após a prestação dos serviços, deve ser emitida a respetiva fatura em duplicado com a indicação bem visível de:
 - a. Número do Processo de Despesa (NPD);
 - b. Número do Pedido de Compra (PC) ou do Contrato;
 - c. Número do Compromisso;
 - d. Morada;
 - e. IBAN e código SWIFT;
 - f. Endereço de Email;
 - g. NIPC ou VAT NUMBER.
2. As faturas deverão ser remetidas ao contraente público no prazo máximo de 5 dias úteis após a assinatura do auto de receção respetivo, de acordo com os art.º 7º e 36º do CIVA.

Artigo 10.º | Aceitação dos serviços

1. Caso as inspeções a que se refere o artigo 7.º comprovem a total conformidade dos serviços objeto do contrato com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 8 dias a contar da data final das inspeções, um auto de receção, assinado pelos representantes do adjudicatário e do contraente público.
2. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos serviços objeto do contrato para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia técnica que impendem sobre o adjudicatário.

Artigo 11.º | Rejeição dos serviços

1. Os serviços rejeitados são considerados para todos os efeitos como não entregues.
2. Estas rejeições serão alvo de notificação ao adjudicatário.

Artigo 12.º | Garantia dos serviços

1. A garantia dos serviços importa sobre o compromisso de o adjudicatário se responsabilizar perante a entidade adjudicante, sem quaisquer encargos adicionais para este, de substituir no caso de este não corresponder às condições enumeradas na sua proposta.

2. Se por força da lei nada obstar em contrário, todas as obrigações descritas no presente contrato relativas à garantia dos serviços são da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 13.º | Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à atividade da Marinha, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

SECÇÃO II - Obrigações da Entidade Adjudicante

Artigo 14.º | Preço Base

O preço acima referido não pode, em caso algum, exceder o montante total máximo de 5.750,00 € (IVA excluído), considerado como parâmetro base do preço contratual.

Artigo 15.º | Preço Contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o contraente público deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Artigo 16.º | Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos dos artigos anteriores, serão pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção pelo contraente público das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura do documento de quitação respetivo.
3. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, no prazo de 8 (oito) dias, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, em igual prazo.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no ponto 1. do presente artigo, as faturas são pagas através de transferência eletrónica.
5. O adjudicatário não pode efetuar a transmissão de créditos ao abrigo de contratos de factoring ou proceder à cessão de créditos sem autorização expressa do contraente público.

6. Caso o contrato esteja sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, não serão efetuados quaisquer pagamentos antes da obtenção da Declaração de Conformidade ou Concessão de Visto pelo Tribunal de Contas.

Artigo 17.º | Mora no pagamento

1. O adjudicatário terá direito a juros de mora no pagamento das situações liquidadas e aprovadas, quando a mesma exceder 60 (sessenta) dias a contar da data da aprovação da fatura.
2. Se o atraso na realização de qualquer pagamento se prolongar por mais de 120 (cento e vinte) dias, o adjudicatário poderá proceder à resolução do contrato.
3. Os prazos referidos no presente artigo só iniciam a sua contagem após a emissão dos documentos mencionados no ponto 5. do artigo anterior, quando aplicável.

CAPÍTULO III – Penalidades Contratuais e Resolução do Contrato

Artigo 18.º | Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a. Nos 8 (oito) dias além do prazo fixado no n.º 3 do artigo 3º a penalidade será de 0,5‰, por cada dia de atraso;
 - b. Entre os 9 (nove) e os 30 (trinta) dias além do prazo fixado no n.º 3 do artigo 3º, a penalidade será de mais 1‰, por cada dia de atraso;
 - c. Após 31 (trinta e um) dias além do prazo fixado no n.º 3 do artigo 3º, a penalidade será de mais 1,5‰, por cada dia de atraso.
2. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
3. A sanção pecuniária aplicada será descontada na fatura imediatamente seguinte ao facto que a originou ou, caso tal não seja possível, será emitida nota de crédito.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.
6. As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Artigo 19.º | Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 20.º | Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público e sem prejuízo do respetivo direito de indemnização e do pagamento pela parte, e apenas pela parte, do contrato executado até ao prazo estabelecido no número 3 do artigo 3.º deste Caderno, pelo adjudicatário.

Artigo 21.º | Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante, que lhe seja devido, esteja em dívida há mais de 120 (cento e vinte) dias.

2. Nos casos previstos no ponto 1. do presente artigo, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a sua receção, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso durante esse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Artigo 22.º | Execução da caução

Não aplicável.

CAPÍTULO IV – Disposições Finais

Artigo 23.º | Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, por escrito.
3. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

Artigo 24.º | Cessão da posição contratual e subcontratação

1. O Segundo Outorgante não pode ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização prévia da entidade adjudicante, e nos termos previsto no CCP.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, o adjudicatário deve:
 - a. Submeter um requerimento à entidade adjudicante a solicitar a posição contratual, identificando o cessionário e as razões e respetivos fundamentos;
 - b. Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
 - c. O Primeiro Outorgante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.
3. O Segundo Outorgante não pode subcontratar ao abrigo do contrato celebrado sem autorização prévia da entidade adjudicante, e nos termos previsto no CCP.

Artigo 25.º | Fiscalização

1. Não obstante todos os direitos e deveres decorrentes do presente Caderno de Encargos o contraente público reveste-se dos poderes conferidos pelo artigo 302.º do CCP.
2. O poder de fiscalização será exercido através dos serviços competentes do contraente público.

Artigo 26.º | Gestor do Contrato

Nos termos do artigo 96.º, conjugado com o artigo 290.º-A do CCP, será designado um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

Artigo 27.º | Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, designadamente à sua interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato é competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

PARTE II - CLÁUSULAS ESPECIAIS

Artigo 28.º | Requisitos Técnicos

A Especificação Técnica faz parte integrante do presente Caderno de Encargos, constando do Anexo A.

ANEXO A – Especificação Técnica



DIREÇÃO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

ANEXO A

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

PAQ N.º: 21032/DITIC

DATA: 22/03/2021

DIVISÃO/SECÇÃO: DAC/SAR

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO/PROCESSO: DITIC-RCM-Wide Area Network/ Serviços Suporte Rede VOIP
Confidencial

1. Objetivo

A presente Especificação Técnica (ET) tem por objetivo definir os requisitos técnicos e funcionais para a celebração de um contrato de manutenção destinado a dar suporte a equipamentos considerados vitais na Rede de Comunicações da Marinha (RCM), a considerar por um período de 12 meses.

2. Enquadramento

A RCM está edificada com recurso a tecnologia do fabricante Cisco e compreende uma infraestrutura que disponibiliza o serviço de VOZ IP numa rede Confidencial, assegurando a capacidade de comunicações de voz em ambiente classificado.

A referida rede é de importância vital para a missão operacional da Marinha, constituindo-se como uma capacidade essencial no exercício de Comando e Controlo.

Por forma a garantir a disponibilidade da rede ao nível das exigências da atividade operacional permanente da Marinha, torna-se necessário adquirir serviços de suporte que permitam alcançar o nível de *Service Level Agreement* (SLA) compatível com a necessidade de disponibilidade permanente dos serviços.

3. Requisitos técnicos e funcionais

3.1. Serviços a contratar

A reposição de qualquer módulo de hardware ou equipamento discriminados no ponto 3.2 em caso de avaria deve ser efetuado NBD, das 09:00h às 18:00h de Segunda a Sexta-feira.

As configurações dos equipamentos serão mantidas e disponibilizadas pela Marinha.

Deverá contemplar o fornecimento, sempre que disponível pela CISCO, de “*Minor and Major Upgrades*” ao software (Firmware, IOS ou Software Aplicacional) instalado nos equipamentos da Marinha.

3.2. Campo de aplicação

Os serviços a adquirir aplicam-se ao hardware abaixo listado e ao software que estiver instalado nos respetivos equipamentos e módulos:

REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	QT	Serial number
R-CBE6K-K9	Cisco Business Edition 6000 - Electronic SW Delivery-Top Level	1	
BE6K-PAK	Cisco Business Edition 6000 - PAK - Single Fulfillment	1	6861J5EF0AC
BE6S-SW-11.0	Business Edition 6000S v11 export restricted software	1	
LIC-SW-EXP-K9	License Key Software Encrypted	1	6858J50E681
UCXN-11X-SCPORTS	BE6K - Unity Connection 11x – VM Speech Connect Ports	2	
EXPWY-VE-C-K9	Cisco Expressway-C Server, Virtual Edition	2	
LIC-EXP-E	Enable Expressway-E Feature Set	2	
EXPWY-VE-E-K9	Cisco Expressway-E Server, Virtual Edition	2	
LIC-EXP-E-PAK	Expressway Series, Expressway-EPAK	1	6858J52B055
LIC-EXP-DSK	Expressway Desktop Endpoint License	50	
LIC-SW-EXP-K9	License Key Software Encrypted	1	6858J266778
SW-EXP-8.X-K9	Software Image for Expressway with Encryption, Version X8	4	
LIC-SW-EXP-K9	License Key Software Encrypted	1	6858J53720D
LIC-EXP-SERIES	Enable Expressway Series Feature Set	4	
LIC-EXP-GW	Enable GW Feature (H323-SIP)	4	
BE-11X-UCL-STR	BE6000 v11 UCL Starter licenses	1	
LIC-EXP-AN	Enable Advanced Networking Option	2	
BE6K-UXL-START	BE6K Starter Pack – Single Fulfillment Enforcement	1	
LIC-EXP-TURN	Enable TURN Relay Option	2	
BE6K-START-UCL35	BE6000 Starter Bundle with 35 UCL Enh and 35 vmail Licenses	1	
UCM-11X-ENH-UCL	BE6K UCM 11X Enhanced User Connect Lic - Single Fulfillment	15	
LIC-SW-EXP-K9	License Key Software Encrypted	1	6858J4A6E11
BE6K-UCL-ENH	Cisco Business Edition 6000 - Enhanced User Connect License	15	
UCSC-PSU1-770W	Cisco UCS 770W AC Power Supply for Rack Server	1	LIT20452U9P
BE6M-M4-K9	Cisco Business Edition 6000M Svr (M4), Export Restricted SW	1	FCH2045V1FY
R2XX-RAID5	Enable RAID 5 Setting	1	
BE6K-SW-10X11X-K9	Cisco Business Edition 6000 - Software App Version 10.X 11.X	1	
CIT-MR-1X162RU-A	16GB DDR4-2133-MHz RDIMM/PC4-17000/dual rank/x4/1.2v	1	S0DQA1064133BA D2ED
CIT-HD300G10K12G	300GB 12G SAS 10K RPM SFF HDD	1	Y6Q0A02AF8KC
CIT-HD300G10K12G	300GB 12G SAS 10K RPM SFF HDD	1	Y6Q0A04YF8KC
CAB-9K10A-EU	Power Cord, 250VAC 10A CEE 7/7 Plug, EU	1	
CIT-HD300G10K12G	300GB 12G SAS 10K RPM SFF HDD	1	Y6Q0A04XF8KC
CIT-MR-1X162RU-A	16GB DDR4-2133-MHz RDIMM/PC4-17000/dual rank/x4/1.2v	1	S0DQA1064133BA D92B
CIT-HD300G10K12G	300GB 12G SAS 10K RPM SFF HDD	1	Y6Q0A01YF8KC
CIT-PSU1-770W	770W AC Hot-Plug Power Supply for 1U C-Series Rack Server	1	LIT20433LLR
CIT-HD300G10K12G	300GB 12G SAS 10K RPM SFF HDD	1	Y6Q0A01JF8KC
CIT-CPU-E52630D	2.40 GHz E5-2630 v3/85W 8C/20MB Cache/DDR4 1866MHz	1	35612024A0249

REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	QT	Serial number
CIT-MRAID12G-1GB	Cisco 12Gbps SAS 1GB FBWC Cache module (Raid 0/1/5/6)	1	LSK203702UN
CIT-HD300G10K12G	300GB 12G SAS 10K RPM SFF HDD	1	Y6Q0A04CF8KC
VMW-VS6-HYPPLS-K9	Embedded License, Cisco UC Virt. Hypervisor Plus 6.x (2-cpu)	1	
CIT-MRAID12G	Cisco 12G SAS Modular Raid Controller	1	LSK20390001
KEY-UCM-ADMIN2-K9	CUCM Admin Security Token, 7.1 or Newer	1	FTX2051W0N1
KEY-UCM-ADMIN2-K9	CUCM Admin Security Token, 7.1 or Newer	1	FTX2051W0N3
KEY-UCM-ADMIN2-K9	CUCM Admin Security Token, 7.1 or Newer	1	FTX2051W0N5
KEY-UCM-ADMIN2-K9	CUCM Admin Security Token, 7.1 or Newer	1	FTX2051W0N2
KEY-UCM-ADMIN2-K9	CUCM Admin Security Token, 7.1 or Newer	1	FTX2051W0N6
CP-8845-K9	Cisco IP Phone 8845	1	PUC20448LTH
CP-8845-K9	Cisco IP Phone 8845	1	PUC20448LSO
CP-8845-K9	Cisco IP Phone 8845	1	PUC20448LSL
CP-8845-K9	Cisco IP Phone 8845	1	PUC20448LSI
CP-8845-K9	Cisco IP Phone 8845	1	PUC20448LRS
CP-7975G	Cisco UC phone 7975, Gig Ethernet, Color, spare	1	FCH2041G566
CP-7975G	Cisco UC phone 7975, Gig Ethernet, Color, spare	1	FCH2041G55F
CP-7975G	Cisco UC phone 7975, Gig Ethernet, Color, spare	1	FCH2041G55D
CP-7975G	Cisco UC phone 7975, Gig Ethernet, Color, spare	1	FCH2041G55C
CP-7975G	Cisco UC phone 7975, Gig Ethernet, Color, spare	1	FCH2041G51C
CP-7975G	Cisco UC phone 7975, Gig Ethernet, Color, spare	1	FCH2041G4H2
CP-7975G	Cisco UC phone 7975, Gig Ethernet, Color, spare	1	FCH2041G4GG
CP-7975G	Cisco UC phone 7975, Gig Ethernet, Color, spare	1	FCH2041G4FG
CP-7975G	Cisco UC phone 7975, Gig Ethernet, Color, spare	1	FCH2041G4FD
CP-7975G	Cisco UC phone 7975, Gig Ethernet, Color, spare	1	FCH2041G4GS
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LVI
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LQN
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LQ3
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LPV
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LPQ
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LPH
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LP8
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LP5
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LOD
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350HWR
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LYV
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LXA
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LUO
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LTG
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LTF
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LT9
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LT8
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LSZ
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LS6
CP-7821-K9	Cisco UC Phone 7821	1	WZP20350LPB

Tabela 1 – Equipamento e software alvo de suporte

3.3. Condições específicas de fornecimento

- a) É obrigatória a entrega de um compromisso de confidencialidade comprometendo-se a firma e os seus agentes a não divulgar a terceiros qualquer conhecimento obtido, sobre detalhes das tecnologias e informações que tenham tido acesso na instalação, sem o consentimento da Marinha. Esta imposição mantém-se mesmo após a conclusão da prestação deste serviço de manutenção.
- b) É obrigatório o fornecimento de uma lista atualizada dos contactos da empresa prestadora do serviço, bem como a identificação dos técnicos nomeados para os vários serviços.
- c) Deve ser fornecida a informação da ordem de compra para efeitos de registo na Cisco Smart Account da Marinha.

3.4. Locais de intervenção

Todos os equipamentos encontram-se a funcionar em vários estabelecimentos da Marinha, localizados nos concelhos de Lisboa e Almada.

4. Certificação e garantia

A garantia deve cobrir integralmente todos os itens de hardware e software e vigorar durante o período de doze meses a contar da data do término dos contratos atualmente em vigor para cada item constante da tabela.

Chefe Divisão
Pedro Jorge Alves Estrada
Lisboa
2021.05.06 16:44:10+01'00'
